



ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ LAGUNAR ITAIPU PIRATININGA, realizada no dia 13 de abril de 2021 às 16:00h, por videoconferência. Deu-se início a reunião em tela, com os seguintes pontos de pauta: **1. Aprovação Minuta de Ata; 2. Inclusão de novos membros em vagas não preenchidas; 3. Proposta de nota técnica para o Canal de Itaipu; 4. Apresentação/ debate do Plano de Saneamento; 5. Assuntos Gerais.** A reunião foi iniciada pela Sra. Amanda Jevaux (Prefeitura de Niterói), que agradeceu a presença de todos e apresentou os pontos de pauta, seguindo para o item **1. Aprovação de minutas de ata:** Foi perguntado aos presentes se possuíam alguma consideração referente à minuta de ata da reunião ordinária de 9 de fevereiro de 2021. Não havendo contestações, a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, solicitou-se uma inversão na ordem de apresentação dos pontos de pauta, se iniciando pelo item 3, dado que o representante da Secretaria Estadual da Defesa Civil, item 2, não estava presente no momento. **3. Proposta de nota técnica para o Canal de Itaipu;** O Sr. Paulo Bidegain (Associação de Windsurf de Niterói) informou que será apresentada uma nota técnica na próxima reunião ordinária do Subcomitê, e explicou que essa nota técnica irá apresentar para a Prefeitura de Niterói as principais conclusões e recomendações feitas pelo GT Canal de Itaipu, sendo que a maioria já consta no relatório proveniente do estudo da Hydrosience. Em resposta a algumas críticas feitas relacionadas ao tempo gasto com os estudos do tópico, o Sr. Paulo Bidegain reforçou a necessidade do estudo aprofundado das áreas que serão afetadas para que não resultem em fracassos. **4. Apresentação/ debate do Plano de Saneamento:** A Sra. Amanda Jevaux lembrou que foi encaminhada uma lista com 21 perguntas feitas pelos membros do Subcomitê sobre o Plano de Saneamento Ambiental para a Secretária de Conservação e Serviços Públicos, Sra. Dayse Monassa, que, presente na Plenária, iria respondê-las. A Sra. Dayse Monassa (SECONSER) fez uma breve retrospectiva de como foi a elaboração do



Plano de Saneamento Ambiental do Município de Niterói. Lembrou que em 2019 foi contratada uma empresa de Florianópolis, a Ampla Consultoria e Planejamento, para a elaboração do PMSA. E que a empresa trabalhou nos quatro segmentos: drenagens, resíduos, água e esgoto. Lembrou que foram feitas duas audiências públicas na época e que receberam diversas contribuições para a construção do Plano de Saneamento. Em seguida, prosseguiu respondendo a lista de perguntas. Pergunta 1. **Existe uma data prevista para a aprovação do Plano pela Câmara de Vereadores do Município?** *Resposta: O Plano Municipal de Saneamento Básico foi aprovado e publicado em 10/07/2020 através do Decreto Nº 13.669/2020;* 2. **Além do Plano Municipal de Saneamento Básico, também se faz necessária a elaboração da Política Municipal de Saneamento Básico. A secretaria tem o intuito de elaborá-lo?** *Resposta: O projeto de lei para a implantação da Política Municipal de Saneamento Básico já foi enviado à Câmara Municipal de Niterói para discussões e aprovação;* 3. **Por que não foi gerado o mapeamento da rede de drenagem do município durante a elaboração do Plano de Saneamento Ambiental?** *Resposta: O PMSB quanto ao sistema de drenagem urbana pluvial contém uma série de mapas temáticos que contemplaram a caracterização da rede de drenagem urbana a partir das informações disponíveis e cedidas pela Prefeitura Municipal e de outras bases oficiais. Houve ainda a disponibilização dos dados em formato digital (shapes vetoriais e outros) para formação de banco de dados à Prefeitura sobre esse tipo de infraestrutura existente. Entretanto a Prefeitura não possui um cadastro atualizado e geral, demanda está identificada como prioritária para ser sanada em termos de gestão do sistema na implementação do planejamento;* 4. **Existe alguma pretensão em implantar um sistema de gestão geográfico de obras em vias públicas com as concessionárias, unificando os cadastros das principais empresas que produzem obras de infraestrutura na cidade (Narturgy, Oi, Águas de Niterói, SECONSER, EMUSA, Secretária de Obras, entre outras)?** *Resposta: O Município de Niterói*



já possui implantado e consolidado o Sistema de Gestão da Geoinformação SIGeo que utiliza a plataforma Civitas e tem a finalidade de gerenciar os dados geoespaciais do município. Atualmente esse sistema já contempla dados da Águas de Niterói, Ampla, SECONSER, EMUSA, Secretária de Obras, entre outras; **5. O Município de Niterói não possui agência conveniada ou outro órgão municipal autárquico responsável pela regulação dos serviços de saneamento básico nem tampouco aos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Esta questão vai à desacordo ao estabelecido na Lei nº 11.445/2007 que estabelece a regulação dos serviços como uma das ações inseridas na titularidade, a qual pode ser delegada a órgão ou entidade com autonomia político-administrativa e jurídica. Existe alguma previsão ou já existe algum projeto de lei em elaboração?** Resposta: O PMSB identificou essa situação e indicou a necessidade prioritária de criação, convênio ou contratação de agência reguladora ou órgão similar que assuma as atribuições de regulação dos serviços de saneamento básico. O Sr Paulo Bidegain questionou se a referida lei aponta alguma coisa relacionada ao assunto. A Sra. Dayse Monassa explicou que sim, que no Plano de Saneamento foi apontado que há essa necessidade, e deu o caminho, que precisa ser aprovado pela Política Municipal. E seguiu para as próximas perguntas: **6. Existe alguma previsão para a elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e de Resíduos Sólidos?** Resposta: Planos Diretores de Drenagem Urbana e de Resíduos Sólidos sob responsabilidade da SECONSER e CLIN, aguardando a aprovação da Política Municipal de Saneamento Básico; **7. Existe planejamento institucional para as ações de investimentos previstas na drenagem urbana municipal?** Resposta: O PMSB indicou algumas possibilidades institucionais para a inicialização de fomento à arrecadação para o sistema de drenagem urbana, entre eles a cobrança aliada aos domicílios urbanos. Porém, outras fontes de receitas foram identificadas e sugeridas como alternativa institucionais e de gestão, cuja tomada de decisão passa a ser da administração municipal na fase



de execução do Plano; **8. Reforçando a necessidade de adoção de políticas de educação ambiental, existe algum planejamento para execução de projetos socioambientais e educacionais, principalmente para com as comunidades e áreas de riscos?** *Resposta: O PMSB desenvolveu Programa de Educação Ambiental e Sustentabilidade voltados às temáticas relacionadas aos serviços públicos de saneamento básico, inclusive prevendo ações específicas às comunidades e áreas de riscos identificadas em Niterói;* **9. Um problema no abastecimento de Niterói é seu baixo nível de segurança hídrica em função da ausência de regularização dos seus principais rios (Guapiaçu e Macacu) e de episódios recorrentes de estiagens prolongadas nos últimos anos. O que o município pretende fazer para melhorar o nível de segurança hídrica?** *Resposta: Devido a inexistência de mananciais suficientes para suprir as demandas do município de Niterói, uma alternativa de concepção proposta para que seja constantemente estudada é o processo de salinização, visto à contínua redução no custo da tecnologia. Maiores detalhes no Item 4.1.1 do prognóstico do sistema de abastecimento de água. Outra alternativa proposta pelo Governo Estadual, responsável pela captação e produção de água tratada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é a construção da barragem Reservatório no rio Guapiaçu para reservação de água nos períodos de chuva, garantindo durante os períodos mais secos uma vazão maior no Sistema Imunana e Laranjal que abastece Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Ilha de Paqueta e uma parte de Maricá. A exemplo do que ocorre nos sistemas do Paraíba do Sul e em Juturnaíba que puderam garantir água nos meses de estiagens mais severas, como a de 2014. O Sr. Paulo Bigain perguntou se teria outra medida de segurança, pois achou as alternativas muito conservadoras, uma vez que não é mencionado nada de reuso ou redução de perda. A Sra. Dayse Monassa explicou que existe a Lei Municipal para água de reuso, para águas cinzas, dentre outras. Mas ressaltou que a resposta dada é a nível dos rios Guapiaçu e Macacu. E seguiu para próxima pergunta.* **10. Apesar do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES de Niterói**



ser do tipo separador absoluto, parte das águas pluviais urbanas recebem tratamento junto às estações de tratamento de esgoto devido à dificuldade técnica de implantação de rede coletora em certas áreas das comunidades. Por este motivo, foi implantado um sistema de tomadas de tempo seco – TTS, sistema este, composto por cinco unidades na Região Oceânica de bombeamento que operam como um dispositivo de by pass. Apesar de haver o dispositivo de Tomada de Tempo Seco próximo às comunidades, isto não implica em uma cobertura do SES a estas localidades, tampouco significa acesso ao saneamento a estas populações residentes em aglomerados subnormais. O que a prefeitura pretende fazer para solucionar o problema? *Resposta: Conforme apresentado no Programa de Universalização do SES nas Comunidades do PMSB de Niterói, propõe-se que ao longo dos anos a Administração Municipal, juntamente com a prestadora dos serviços de esgotamento sanitário, amplie a cobertura do sistema para as populações residentes nas comunidades, a exemplo do que já está sendo feito nas comunidades do Vale Verde, Cabrito e Coqueiro, através PRO-Sustentável. Destacam-se algumas ações do programa: regularização fundiária, elaboração de projetos específicos para cada comunidade e ações de fiscalização na execução das obras. Outro projeto que é intrínseco à universalização do SES nas comunidades é o Projeto Comunidade Legal, amplamente abordado no PMSB.;*

11. Conforme o Setor de Comunidades da concessionária Águas de Niterói, a maioria destas áreas não apresenta condições de viabilidade técnica e operacional para a implantação do sistema de esgotamento sanitário. O que a prefeitura pretende fazer para solucionar o problema? *Resposta: Algumas áreas de Comunidades no Município não possuem viabilidade técnica e operacional para a implantação do sistema de esgotamento sanitário, porque necessitam primeiramente de outras infraestruturas públicas básicas como calçamento, drenagem pluvial, mitigação de riscos geológicos e de impactos ambientais, regularização fundiária etc.; nestes casos é necessário que se faça*



um trabalho em conjunto da Concessionária com os respectivos órgãos responsáveis, para implantação de todos esses equipamentos públicos nessas áreas. Quanto às áreas onde realmente não é possível a instalação do sistema coletor de esgoto, a Legislação e Normas Técnicas autorizam a implantação de sistemas alternativos de tratamento como fossa/filtro; biodigestores e outros com remoção mínima de resíduos; **12. A ETE de Camboinhas continua sem uma ETL. Quando será instalada?** Resposta: A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Camboinhas teve seu equipamento desidratador de lodo instalado neste mês de março de 2021, e o mesmo encontra-se atualmente em plena operação. Antes disso, todo o lodo produzido na ETE era transportado para a ETE Icaraí, sendo lá desidratado e destinado a Centro de Tratamento de Resíduos (CTR), devidamente licenciado pelo INEA para disposição final; **13. Há muitas informações que não são fornecidas pela concessionária. Há a necessidade de se fazer uma auditoria. O que a prefeitura pretende fazer para solucionar o problema?** Resposta: Continuamente são apresentados pela Concessionária dados, informações e documentos referentes aos serviços de distribuição de água potável, exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde; também são apresentados dados, informações e documentos referentes à coleta e tratamento de esgoto, exigidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Instituto Estadual do Ambiente (INEA); semestralmente é apresentado Relatório Geral à EMUSA (Poder Concedente), prestando contas de todos os investimentos realizados e seus resultados, como previsto no Contrato de Concessão. Em consulta à Concessionária, verificou-se que todas as informações solicitadas pelos Órgãos Competentes, são apresentadas prontamente e a contento; **14. Há a necessidade de se atualizar o Mapa dos Sistemas Hidrográficos da Região Oceânica. A secretaria tem o intuito de fazer essa atualização? Se sim, há um prazo para isso?** Resposta: Mapa dos Sistemas Hidrográficos (rios) sob responsabilidade da SECONSER e SMARHS, prazo para atualização em avaliação tendo em vista o últimos anos com as restrições e gastos com a COVID



19; 15. O sistema de microdrenagem urbana da RO está sendo feito como conceitualmente absoluto, ou seja, sua implantação considera que apenas escoará águas pluviais originadas do escoamento superficial excedente dos eventos de chuva e dos principais rios e córregos que passam pelo ambiente urbano, não aceitando que a rede pluvial receba esgoto? *Resposta: sistema de microdrenagem urbana sob responsabilidade da EMUSA e SECONSER e leva em consideração o plano de drenagem feito pelo Estado (Sedrap);* 16. Estão sendo estabelecidos padrões ambientalmente sustentáveis nos projetos de pavimentação de ruas e avenidas? *Resposta: projetos de pavimentação de ruas e avenidas sob responsabilidade da EMUSA;* 17. Faltam em número suficiente containers ou caçambas com tampa para armazenamento do lixo até a coleta. É necessário aumentar a frequência de coleta de lixo (há acúmulo de lixo), principalmente nas comunidades. Falta fiscalização da limpeza mecanizada de areia de praias, e nas comunidades há necessidade de se usar garis comunitários. Algo está sendo feito a respeito? *Resposta: Para o gerenciamento dos resíduos sólidos de forma mais adequada e estimulando a reciclagem dos resíduos, o PMSB/PMGIRS apresenta a Projeto de Coleta Domiciliar Containerizada. Este projeto prevê um novo modelo de coleta domiciliar no município, através da segregação dos resíduos na fonte geradora, em Resíduos Recicláveis Secos e Resíduos Orgânicos (e rejeitos). A padronização da coleta containerizada, utilizando contentores de 240l para os resíduos úmidos (orgânicos) e resíduos secos, separadamente e por cores distintas, será implantada no município, inicialmente em condomínios, conforme estabelece a legislação municipal, devendo ser expandida para todo município, a partir de intenso trabalho informativo e de conscientização. Ainda, com relação à etapa de coleta o PMSB/PMGIRS apresenta o Projeto de Implantação de PEV's para a Coleta Multi-seletiva. Os PEV's serão locais aptos a receber da população em geral os materiais recicláveis secos (embalagens em geral) já previamente segregados por tipo configurando a coleta multi-seletiva tais como do vidro, papel,*



plástico e metal. Poderá receber resíduos orgânicos também a partir da definição pela municipalidade do modo de acondicionamento e logística de coleta. Assim, considera-se que o planejamento abordou o aumento da disponibilidade e frequência dos serviços de coleta domiciliar. Com relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos nas comunidades, devido às suas características específicas, o PMSB/PMGIRS apresentou o Programa de Implantação de Coleta, Transporte e Tratamento de Resíduos em Comunidades de Baixa Renda. Neste programa são apresentadas soluções para a coleta, como a utilização de veículos quadriciclos com carreta em locais de difícil acesso, a implantação de coletores semienterrados para os resíduos domiciliares, e a implantação de caçambas para os resíduos da construção civil. Com relação aos demais serviços de limpeza, como limpeza mecanizada e limpeza de praias, são previstas ações no Programa de Ampliação e Manutenção dos Serviços. O Sr. Felipe Queiroz (Amadarcy), através do chat da reunião, questionou se será feita uma solicitação de auditoria. Questionou, também, se existe uma estimativa de quantas residências, fora de comunidades, não são ligadas a rede de captação de efluentes, uma vez que sempre vê muitas ações no sentido de preparar o sistema lagunar para receber essa carga através da abertura "permanente " das duas lagoas, mas não um projeto que direcione recurso para que os programas já existentes da Prefeitura e do Inea, como o "Se Liga", tenham uma equipe específica, periodicidade, meta e real eficácia. Também perguntou se existe uma proposta de financiamento para quem quer se ligar na rede, se hoje as Estações de Tratamento de Esgoto existentes têm capacidade de receber e tratar, devidamente, os efluentes de todos os imóveis da Região Oceânica. Por fim, perguntou se seria possível a inclusão da "praia" da Laguna de Itaipu no serviço de coleta de resíduos que a CLIN executa nas praias. Em resposta ao Sr. Felipe, também via chat, a Sra. Amanda Jevaux, respondeu que iria solicitar a inclusão no cronograma de limpeza. A Sra. Cynthia comentou, também pelo chat, que na comunidade da Ciclovía os moradores que moram próximos à caçamba estão solicitando sua



remoção. A Sra. Ana Tavares (Pró-Sustentável) respondeu que o Pró-Sustentável, em parceria com a CLIN, prevê a implantação de contenedores do tipo molok, na Comunidade da Ciclovía e nas demais comunidades no entorno da Lagoa. Informou também que sabem do problema com o lixo, e que existem canais de comunicação para denúncia por parte dos moradores. Disse que a urbanização da área vai facilitar a entrada de caminhões que hoje são inviabilizados por conta do acesso precário, que será implantado junto com a obra de saneamento ambiental da comunidade, e que têm os locais para implantação identificados e contabilizados com o projeto executivo de saneamento, em curso. Quanto a população residente abaixo do tronco coletor, na comunidade do Jacaré, explicou que existe um projeto que prevê a implantação de sistema de esgotamento alternativo, para a população de baixa renda, e que estão acompanhando a comunidade de perto, de maneira que assim que o Projeto Executivo de Saneamento Ambiental for aprovado, poderão tomar as devidas medidas para solucionar o problema de forma efetiva. **18. A coleta de resíduos urbanos em Niterói não funciona - o lixo é acumulado na rua até a coleta. A periodicidade de coleta é baixa e insuficiente. O condicionamento é feito em sacos plásticos sujeitos a serem abertos e rasgados por catadores e animais. As pessoas não podem ficar à disposição da CLIN para entrega do lixo. O que será feito para solucionar o problema?** *Resposta: Conforme já mencionado no questionamento acima, são propostos programas específicos para solucionar estas problemáticas, a citar Projeto de Coleta Domiciliar Containerizada e Projeto de Implantação de PEV's para a Coleta Multi-seletiva;* **19. Há a necessidade de se disponibilizar Mapa do Sistema de Drenagem Urbana com locação de Sarjetas, Bocas-de-lobo, Galerias Pluviais Subterrâneas, Macrodrenagem: Canais e Córregos e Rios em escala visível em mídia digital. A secretaria tem o intuito de fazer essa atualização? Se sim, há um prazo para isso?** *Resposta: O PMSB indicou meta(s), portanto prazo(s), para o desenvolvimento do cadastro urbano do sistema de micro e de*



261 *macrodrenagem urbana, tendo sido definido os primeiros cinco anos de*
262 *planejamento para toda esse mapeamento ou atualização sistemática;* **20. A**
263 **Prefeitura já está pensando/elaborando plano de ação para as demais**
264 **comunidades do Município? Como será feito o saneamento nessas áreas de**
265 **risco?** *Resposta: Conforme apresentado no Programa de Universalização do*
266 *SES nas Comunidades do PMSB de Niterói, propõe-se que ao longo dos anos a*
267 *Administração Municipal, juntamente com a prestadora dos serviços de*
268 *esgotamento sanitário, amplie a cobertura do sistema para as populações*
269 *residentes nas comunidades, a exemplo do que já está sendo feito nas*
270 *comunidades do Vale Verde, Cabrito e Coqueiro, através PRO-Sustentável.*
271 *Destacam-se algumas ações do programa: regularização fundiária, elaboração de*
272 *projetos específicos para cada comunidade e ações de fiscalização na execução*
273 *das obras. Outro projeto que é intrínseco à universalização do SES nas*
274 *comunidades é o Projeto Comunidade Legal, amplamente abordado no PMSB;*
275 **21. O custo de uma ligação de esgoto é de R\$1,140. O custo é visto como**
276 **muito alto para ser considerado um incentivo. Como a prefeitura pretende**
277 **estimular a ligação de esgoto?** *Resposta: O valor cobrado para ligação nova de*
278 *esgoto está previsto no Contrato de Concessão, por isso o Município está*
279 *avaliando a possibilidade de subsidiar as ligações de esgotos a serem executadas*
280 *nas comunidades carentes. A Sra. Amanda Jevaux agradeceu a apresentação e*
281 *cedeu um tempo para que os presentes membros tirassem suas dúvidas. O Sr.*
282 *Paulo Bidegain disse que estava com dúvida do porquê da renovação do contrato*
283 *de concessão ter acontecido antes da aprovação do Plano. E perguntou como*
284 *será o procedimento, pois o contrato já deve ter estabelecido metas para água e*
285 *esgoto, antes da existência do Plano de Saneamento. A Sra. Dayse Monassa*
286 *informou que foram feitas prorrogações, mas que, até onde ela sabe, o contrato*
287 *de concessão ainda não venceu. Destacou também que o questionamento*
288 *deveria ser feito ao gestor do contrato, pois ela não saberia responder com*
289 *exatidão. Sendo assim, se não venceu, não houve renovação, possibilitando*



assim mudanças. Explicou, ainda, que estão até propondo trabalhos específicos em comunidades e algumas modificações. Em seguida, o Sr. Antonio Vieira pontuou duas questões: A primeira questão, em relação aos resíduos sólidos, e a Prefeitura cumprir a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, atualizando o plano Municipal de Gestão Integrada Resíduos Sólidos, com participação social. Em seguida, apontou que no mundo todo está se procurando estruturar a Economia Circular e Solidária, que só é possível com a ampliação da coleta seletiva com inclusão social. Questionou, assim, o que a Prefeitura está propondo para seguir nessa direção. A Sra. Dayse Monassa informou que essa pergunta não constava no questionário e solicitou que fosse anotada e encaminhada posteriormente para ela. Mas ressaltou que quando se faz um Plano maior, que junta os quatro elementos (água, esgoto, drenagem e resíduos), eles são pensados juntos, mas que a partir disso devem ser feitos os planos setoriais; o Plano de Saneamento foi aprovado em julho e obrigatoriamente agora vem a política municipal, que deve aprovar os setoriais. Portanto, estão na fase de aprovar a política municipal, e que o Plano aponta a necessidade de se fazer os planos setoriais. E que agora a política de ação será criada. O Sr. Ricardo Garcia colocou algumas questões: apontou que no Plano indica, em seu Anexo I, a ideia de criação de uma agência reguladora, e que apresenta um projeto de lei de elaboração de uma agência reguladora; citou também que, no caso da água de Niterói, que vem de Imunana, aponta estudo da Prefeitura Municipal de 2015, que descreve que foi criado, em 1985, um plano diretor de abastecimento de água na região metropolitana do Rio de Janeiro que fez uma estimativa de aumentar para 9 m³ o abastecimento do sistema; 14m³ em 1995, e 17m³ em 2010, mas que o projeto foi abandonado por falta de recursos. Pontuou, por fim, a importância da efetiva prevenção nas perdas de água da cidade, que são da ordem de 33%, o que daria cerca de 610 litros por dia. Explicou que na cidade de São Paulo, a faixa de perda é de 300 litros. O Sr. Halphy Rodrigues (Águas de Niterói) fez uma ponderação sobre as perdas:



explicou que há dois tipos de perda: a perda real e a perda de faturamento. A real está em torno de 30%, como consta no Plano de Saneamento. E a de faturamento em torno de 13% a 14%. Explicando que a perda de faturamento é referente ao que a concessionária compra e não consegue receber, ou seja, medir o que está sendo vendido. Já a perda real é referente ao que é distribuído para a comunidade, através das ligações existentes, e a distribuição que a empresa não consegue faturar, ou seja, considera o que a empresa não consegue medir, faturar, além todas as perdas em pontos em que a empresa sabe que está ocorrendo consumo, mas não consegue fazer a medição, devido a ausência de hidrômetros. Ressaltou, assim, que a maior parte da perda não é operacional, ou seja, não é vazamento em rede, mas água que é entregue, mas não medida. Em seguida, a Sra. Amanda Jevaux agradeceu à Sra. Dayse Monassa e a colaboração de todos. **5. Assuntos Gerais.** A Sra. Amanda Jevaux explicou que será necessária a realização de uma Assembleia Extraordinária para apresentação da proposta de um novo convênio para continuidade das ações referentes à execução do contrato de Saneamento Ambiental na comunidade do Cabrito, que vem sendo executado com recursos do CLIP/ Comitê Baía de Guanabara. Informou, também, que referente à Câmara Técnica de Saneamento Ambiental, do Comitê Baía de Guanabara, existem 4 vagas para serem preenchidas, de preferência um membro de cada segmento, e perguntou quais os membros que teriam interesse em participar. A Sra. Katia Vallado (CCRON) informou que o Sr. Alexandre Braga (CCRON) já preencheu uma vaga. O Sr. Halphy Rodrigues (Águas de Niterói) informou que teria interesse em uma das vagas. **2. Inclusão de novos membros em vagas não preenchidas;** O Sr. Carlos Silva (AGEVAP) disse que a secretaria executiva recebeu todos os documentos referentes à entrada da Secretaria Estadual da Defesa Civil na Plenária do Subcomitê. O Sr. Mozart Lopes se apresentou como representante da instituição. Não havendo contestações, sua inclusão foi aprovada. O Sr. Halphy Rodrigues (Águas de Niterói) aproveitou para informar que estão atualizando o



regimento interno do Comitê da Baía de Guanabara, solicitando contribuições. Informou que iria enviar o regimento atual novamente e reforçou a necessidade da colaboração de todos os membros. Em seguida, a Sra. Amanda Jevaux convidou a Sra. Bianca Chagas para fazer uma breve apresentação do projeto que está sendo elaborado pela Prefeitura Municipal com o CLIP, o Sistema de Avaliação Espacial das Lagoas, Bacia Hidrográfica e Ambiente (SAVELHA). A Sra. Bianca Chagas, apresentou o cadastro de ações sobre os projetos que estão acontecendo na região oceânica de Niterói que tem relação com a área ambiental. Explicou a importância do projeto, e apresentou em tela o questionário que será enviado para preenchimento dos interessados e solicitou sugestões. A Sra. Katia Vallado (CCRON) disse que o CCRON pode ajudar na construção do questionário e no preenchimento das ações. Não havendo nada mais a ser discutido, a reunião foi encerrada.

Encaminhamentos

- 1- Encaminhar aos membros da Plenária do Subcomitê as perguntas feitas a Dayse, com as respostas apresentadas.
- 2- AGEVAP encaminhar aos membros da Plenária do Subcomitê o Regimento Interno do CBH-BG vigente.
- 3- Divulgar e preencher o cadastro de ações na região oceânica.
- 4 – Levantar e fazer agendamento dos assuntos pendentes a serem tratados em Plenária do Subcomitê.



Participantes:

Poder Público: Ana Tavares (PRO Sustentável – PMN); Marcos Basbaum (CRBio-2); Allan Cruz (SMARHS).

Usuários: Paulo Bidegain e Carlos Jamel (Associação de Windsurf de Niterói); Halphy Rodrigues (Águas de Niterói).

Sociedade Civil: Katia Vallado e Alexandre Braga (CCRON); Martha Christina Lopes (IFEC); Gilberto Tavares (UFF); Felipe Queiroz (Amadarcy).

Secretaria Executiva: Paulo Eduardo Aragon (Especialista em Recursos Hídricos); Carlos Silva (Especialista Administrativo); Raiana Soares (Estagiária Administrativa).

Convidados: Gustavo Sardenberg (SOS Lagoa); Cynthia G (mandato Paulo Eduardo Gomes); Bianca Mota Chagas; Leandro Augusto da Silva (PESET); Gilberto Dias; Ana Carolina Tavares (PRO Sustentável PMN); Ricardo Garcia (Assessor do Vereador Daniel Marques); Dayse Monassa; Aline Araujo; Alexandre Alcazer; Raquel Cruz; Fernando Tinoco; Eduardo Thomaz de Aquino Ribeiro; Katia Medeiros; Alex Figueiredo; Marcos Gomes da Silva; Thamiillis corters; Eliane solto de avila; Marcus Vinícius; Gerson Garcia

Katia Vallado

Amanda Jouveax

Carlos Jamel

Coordenação colegiada do CLIP